

Sistema Financeiro consagra a livre iniciativa

BRASÍLIA — Mesmo excluindo as propostas de estatização completa dos bancos e rejeitando a consagração do tabelamento dos juros em 12 por cento ao ano, a nível real a Subcomissão do Sistema Financeiro da Constituinte adotou decisões capazes de mudar profundamente o perfil do setor financeiro no País. De acordo com o anteprojeto aprovado ontem, são extintas as cartas-patente, abrindo oportunidade a que qualquer pessoa ou grupo idôneo possa abrir um banco no País.

Os poderes do Congresso Nacional para interferir e decidir em matéria financeira foram amplamente fortalecidos, a partir da extinção do Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovada ontem. Em seu lugar, o Congresso passa a dispor de uma comissão mista permanente para analisar com agilidade, até com o recurso do "ad-referendum" à maioria dos congressistas, as decisões na área monetária e financeira. A Subcomissão do Sistema Financeiro aprovou também a exclusão dos bancos estrangeiros do mercado financeiro nacional, ao limitá-los, atendendo ao anteprojeto do relator da comissão, Deputado Fernando Gasparian, à condição de escritórios de representação no País, proibidos de captar qualquer modalidade de depósitos junto ao público brasileiro. Ainda com repercussão na área externa, foi aprovada a realização de auditoria



José Lourenço, à esquerda, conversa com Plínio Arruda sobre a votação

na dívida externa brasileira, concedendo-se ao Congresso o poder de suspender pagamentos de compromissos assumidos irregularmente no exterior.

Prevaleceram parcialmente as teses em favor de um Banco Central independente, já que o seu Presidente e Diretores são indicados pelo Presidente da República, mas passam pelo crivo do Congresso Nacional. Por apenas um voto de vantagem,

foi aprovada a polêmica proposta de impedir que a União forneça qualquer garantia aos depósitos ou aplicações em instituições financeiras privadas. A subcomissão limitou-se a criar um fundo de seguro, com recursos das próprias instituições privadas, para proteger a chamada economia popular. Isto significa que clientes de grande porte em bancos privados podem perder todas as aplicações em caso de insolvência des-

sas instituições, já que o Governo estará proibido de socorrê-las e a seus depositantes, com exceção dos clientes detentores de depósitos de pequeno valor.

A unidade dos parlamentares "progressistas" do PMDB, aliados ao representante do PT, Luis Gushken, foi quebrada em torno das decisões sobre questões regionais. O Deputado José Carlos Vasconcelos, do PMDB de Pernambuco, acusou seus companheiros de partido, como Darcí Deitos, do Paraná, e Walmor de Luca, de Santa Catarina, de "facistas" ao ver rejeitada sua emenda que garantia a obrigatoriedade de aplicações financeiras prioritárias para os Estados do Nordeste.

Em episódio anterior, ao longo das dez horas de discussões e votações da reunião de ontem da Subcomissão, os deputados Vasconcelos e de Luca tinham sido as vozes mais contundentes contra o líder do PFL na Câmara, José Lourenço, que interferiu nos debates para defender a inclusão de um quinto representante de seu partido na votação. Vasconcelos acusou-o de interferência indevida nos trabalhos da subcomissão, chegando a afirmar que o Líder do PFL estaria "financiado pelo capital financeiro" para tumultuar a votação das propostas do anteprojeto. Em resposta, José Lourenço exigiu respeito, referindo-se ao Deputado pernambucano como "moleque".

Na hora das votações, o PMDB se diluiu em blocos de várias tendências

BRASÍLIA — As votações das 24 subcomissões da Constituinte demonstraram, na prática, que o PMDB pode abrigar qualquer ideologia. Os 303 parlamentares do partido majoritário foram diluídos em blocos ideológicos, das mais diversas tendências, dependendo da matéria em votação.

Em quase todas as subcomissões houve divergências radicais entre membros do mesmo partido.

— A polarização que ocorreu nesta subcomissão, basicamente entre deputados do PMDB, demonstra que nosso partido terminou. Só existem agora grupos de pessoas com idéias totalmente opostas. Somos obrigados a conviver com gente que vem de outras legendas já esmagadas pelo povo — afirmou o Deputado Percival Muniz (PMDB-BA).

Nessa subcomissão houve um dos maiores "rachas" no PMDB. O relator Osvaldo Lima Filho (PMDB-PE), depois da votação, fez sérias acusações ao Presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

— Todos os problemas que tivemos nesta Subcomissão se devem única e exclusivamente ao Presidente Ulysses Guimarães, que é usureiro e

zeveiro neste tipo de atitude, sempre contra os interesses nacionais. Ele permitiu um substitutivo ao relatório, a substituição de um Deputado do PMDB por um do PFL, enfim rasgou o Regimento Interno aprovado por esta Constituinte — acusou Lima Filho.

Na Subcomissão dos Princípios Gerais da Comissão da Ordem Econômica, oito dos 12 deputados do PMDB presentes recebiam orientação do Senador Roberto Campos (PDS-MT) e do Deputado Delfim Netto (PDS-SP).

O relator da Subcomissão do Sistema Financeiro, Fernando Gasparian (PMDB-SP), foi bombardeado o tempo todo por integrantes de seu partido, que consultavam o Deputado Francisco Dornelles (PFL-RJ).

O PMDB também se dividiu muito nas questões de ensino e saúde. A briga sempre ficou entre os privatistas e os estatizantes.

Na Subcomissão do Poder Legislativo, a divergência foi entre Parlamentarismo e Presidencialismo. Na Subcomissão do Executivo houve a formação do bloco de apoio ao Presidente Sarney e os que querem eleição no ano que vem.

Subcomissão de Economia derruba ponto por ponto parecer estatizante

BRASÍLIA — Atuando em bloco, os parlamentares de tendência conservadora conseguiram derrubar, artigo por artigo, praticamente todo o parecer do Relator da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, Deputado Virgildásio de Senna (PMDB-BA). Em protesto contra a forma de atuação desse bloco, quatro parlamentares



O Senador Severo Gomes acompanha os debates

"progressistas" se retiraram, deixando de votar as emendas ao anteprojeto. A reunião teve início às 9h30m. A princípio, o parecer do Relator foi aceito pela Subcomissão. Em seguida, os parlamentares passaram a examinar cada artigo, a partir dos pedidos de destaque feitos anteriormente. Nessa votação, apenas o de número 10 — que determina ao Estado o papel de agente normativo e regulador da atividade econômica — foi aprovado. Todos os demais foram rejeitados, quase sempre por uma diferença de 15 votos a 8. Essa maioria foi articulada a partir da liderança do Senador Roberto Campos (PDS-MS) e contou com a participação do Presidente da Subcomissão, Deputado Delfim Netto (PDS-SP). Ela se compunha de quatro parlamentares do PFL — Antônio Ueno, Gilson Machado, Jalles Fontoura e Rubem Medina; dois do PDS — Roberto Campos e Delfim Netto; um do PL, Afif Domingos; e oito do PMDB — os Senadores Albano Franco e Irapuan Costa Júnior e os Deputados Antônio Carlos Franco, Gil César, Gustavo de Faria, Marcos Lima, Nyder Barbosa e Renato Jonson. Os "progressistas" eram quatro Deputados do PMDB —

Gabriel Guerreiro, Hélio Duque, Ismael Vanderley e Virgildásio de Senna; um do PT, Vladimir Palmeira; um do PDT, Luiz Salomão; uma do PSB, Beth Azize; e uma do PFL, Raquel Cândido. Na votação de uns poucos artigos o Senador Albano Franco, Presidente da Confederação Nacional da Indústria, acompanhou os parlamentares de posição mais à esquerda.

A atuação do Deputado Delfim Netto na presidência da Subcomissão foi bastante criticada pelos Deputados que não eram do seu bloco. De maneira considerada anti-regimental por Virgildásio de Senna, Delfim estendeu os trabalhos até quase às 15 horas. Somente depois de votados os 20 artigos que compunham o Relatório foi que ele resolveu conceder um intervalo, reiniciando-se a sessão às 18 horas para votação das emendas. Havia sido apresentadas 357. Algumas foram incorporadas ao texto do Relator. Deputados "progressistas" manifestaram dúvidas sobre quais proposições já tinham sido rejeitadas e quais deveriam ainda ser votadas. Virgildásio de Senna pediu que a Presidência



Delfim Netto preside a sessão

da Mesa concedesse um adiamento de duas horas para análise das emendas. Delfim Netto recusou o pedido e promoveu o início imediato da votação, alegando que cada uma delas seria lida durante o processo.

O Deputado Luiz Salomão (PDT-RJ) chamou o Presidente da Subcomissão de sádico, por ter prorrogado a sessão da manhã muitas horas além do horário normal de almoço. Acusou o grupo de parlamentares conservadores de estar a serviço do capital estrangeiro, argumentando que ele havia votado até mesmo contra o monopólio estatal do petróleo. Segundo disse, seus protestos dirigiam-se especialmente aos representantes do PMDB, que estavam adotando "posições que contrariavam o programa do Partido". Alegando que não iria participar de uma farsa, Salomão deixou o plenário. Sua postura foi endossada, imediatamente, pela Deputada Raquel Cândido (PFL-RO), que, por sua vez, acusou Delfim de proceder ditatorialmente na condução dos trabalhos. Deixaram também o plenário o Deputado Vladimir Palmeira (PT-RJ) e a Deputada Beth Azize (PSB-AM).

Bloco tentará agora derrubar Corte Constitucional

BRASÍLIA — O mesmo bloco parlamentar que aprovou o mandato de cinco anos para o Presidente Sarney na Subcomissão de Poder Executivo pretende agora, já no âmbito da Comissão de Organização dos Poderes, derrubar a proposta de criação do Tribunal Constitucional, aprovada com apenas um voto contrário na Subcomissão de Judiciário. A resistência de autoridades do Governo e do Judiciário não foi suficiente para

evitar a aprovação do anteprojeto do Deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP), com as bênçãos da OAB.

Numa sessão que se prolongou até a madrugada de sábado, foi aprovado o anteprojeto que modifica toda a estrutura do Judiciário e do Ministério Público, cria a Justiça gratuita, transforma a Justiça do Trabalho de julgador a árbitro das greves, aumenta de 11 para 19 o número de ministros do Supremo Tribunal Fe-

deral e submete os tribunais ao controle popular, através da prestação de contas e relatórios de suas atividades.

A Subcomissão não chegou a votar a estatização dos cartórios e extinção dos juizes classistas, diante do poderoso lobby formado pelos grupos contrários às duas medidas. O Relator Plínio Sampaio acha que será muito difícil aprová-las na Comissão de Organização dos Poderes.

due pag 3